O BRASIL E A ECONOMIA MUNDIAL

Gilmar Mendes Lourenço

O ponto comum dos diferentes cenários de curto e médio prazo, formulados pelos especialistas, para a economia brasileira, corresponde à reduzida colaboração da fronteira internacional, em absoluta contraposição ao panorama prevalecente no mundo, entre 2004 e 2007, ou mesmo até 2010, com o prosseguimento do dinamismo Chinês, pós-crise global precipitada pela quebra do segmento subprime do mercado imobiliário dos Estados Unidos (EUA).

Em outras palavras, a bonança das commodities perdeu força, principalmente com a redução do patamar de crescimento dos negócios na China – líder entre os emergentes, segunda maior economia do planeta e o mais importante comprador de matérias primas brasileiras – de quase 10% ao ano para 7% a.a., fortemente influenciada pela retração da procura externa.

Essa situação não deve sofrer reversão, em médio prazo, devido ao provável ajuste, para baixo, do crédito bancário e, por extensão, da taxa de inversão, que ainda ronda os 45% do produto interno bruto (PIB) naquela nação. Com endividamento total de 220% do PIB, declínio da comercialização e dos preços dos imóveis e pronunciada inadimplência dos empréstimos junto aos bancos estatais, há o risco de a taxa de expansão da economia furar o piso de segurança anual de 7% no começo de 2015.

Se pelo ângulo dos produtos básicos e semielaborados o quadro não é mais tão promissor, no campo dos manufaturados, o panorama é ainda pior em face da lenta saída da recessão, por parte do Japão e, notadamente, da Europa, e igualmente da morosa reativação das transações nos EUA. A união Europeia, em específico, exibe o risco de repetir a deflação de ativos japonesa dos anos 1990 e 2000 – aliás, ainda não plenamente eliminada – impondo a perspectiva de queda dos investimentos, acoplada à diminuição das expectativas de lucros privados. A inflação anualizada do continente está inferior a 0,5% contra a meta de 2% desejada pelo Banco Central Europeu (BCE).

De seu turno, a debilidade da economia norte-americana e a sua propensão em reproduzir apenas moderadas taxas de expansão do PIB derivam das

restrições à elevação dos dispêndios governamentais, atribuída aos exponenciais déficits gêmeos (externo e interno), às barreiras políticas erguidas pelos parlamentares republicanos e ao ainda elevado nível de desemprego. Ademais, na história dos EUA, os dois únicos períodos de substancial crescimento coincidiram com as bolhas tecnológica, do decênio de 1990, e imobiliária, da década de 2000.

A inserção menos desfavorável do Brasil em um ambiente não tão hospitaleiro requer rápida readequação das variáveis de estabilização e reforço das articuladas ao reerguimento produtivo, dado o velado abandono, no último quadriênio, da orientação econômica vigente entre 1999 e 2010, ancorada no regime de metas de inflação, câmbio flutuante e superávits fiscais primários, que referenciava a política monetária, abrandava a vulnerabilidade externa e sinalizava a solvência das finanças públicas.

A principal consequência da abdicação da bússola econômica foi a variação média do PIB de 1,6% a.a., entre 2011 e 2014, já em um contexto de limite técnico de ocupação de alguns fatores de produção – predominantemente de mão de obra, influenciada por elementos estruturais como a demografia –, versus 4% a.a., na administração Lula, e 2,3% a.a., na gerência de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

É crucial a retomada do programa de reformas institucionais, deflagrado durante o governo FHC e interrompido no segundo mandato da gestão Lula

Na mesma linha, é crucial a retomada do programa de reformas institucionais, deflagrado durante o governo FHC e interrompido no segundo mandato da gestão Lula, com ênfase para a radical modificação, simplificação e redução da carga tributária; a inserção de novas mudanças no sistema previdenciário; a aceleração das privatizações, a feitura de alterações contemporâneas nas regras trabalhistas e a definição do salário mínimo com a aplicação dos parâmetros de produtividade média; e o rearranjo das receitas e atribuições entre os três entes da federação (união, estados e municípios), que promova uma redução permanente dos gastos públicos; dentre

outros aspectos. Só assim será possível o decréscimo sustentado do custo Brasil e a restauração e impulsão da eficiência microeconômica, amparada em tecnologia, economias de escala, especialização e competição.

A propósito disso, na órbita produtiva, emerge o caráter essencial da readequação das estratégias públicas, na direção da formulação e execução de políticas estruturais, vinculadas aos setores produtivos, como por exemplo, o lançamento de um arcabouço de médio e longo prazo para o agronegócio, em substituição aos desgastados planos de safra, e para a indústria, em lugar do Plano Brasil Maior que, na prática, foi transformado num conjunto de renúncias tributárias, dirigidas a segmentos escolhidos por critérios pouco transparentes.

O agro, beneficiado por circunstâncias externas e por contínuos ganhos de produtividade nos estabelecimentos rurais e nas plantas fabris, produziu, em 2013 e 2014, saldos comerciais recordes, salvando a nação de contabilizar volumoso déficit externo. Já, a indústria, em consequência da falta de diretrizes oficiais para o segmento e do funcionamento de uma dobradinha macroeconômica de juros altos e câmbio apreciado, regrediu com o encolhimento da demanda externa e interna.

A moeda valorizada provocou, em várias cadeias produtivas, a troca de produção interna por insumos e bens finais importados, e a taxa de investimento regrediu, mesmo com os estímulos oferecidos nos últimos anos, com destaque para a diminuição da tributação sobre bens de capital (redução de PIS e Cofins, encurtamento do prazo para depreciação acelerada e quase extinção do IPI) e a disponibilização de crédito subsidiado, por meio do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

Cálculos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicam que, em 2013, pela primeira vez, o coeficiente de exportações do parque de transformação do País, aferido pela relação entre os valores das vendas internacionais e dos insumos importados, recuou -0,1%. Outro trabalho, realizado pela CNI, junto com a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex), constatou que o grau de penetração das importações totais, obtido a partir da razão entre as cifras de compras externas e o consumo interno, atingiu 20,7% e 22,3% em 2012 e 2013, respectivamente, as maiores marcas desde 1996, exercício inicial da série histórica.